

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

46

ABRIL – JUNHO
1987

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANIBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	550\$00	925\$00
Outros países estrangeiros	700\$00	1 020\$00
Este número	150\$00	

46

ABRIL — JUNHO 1987

ANO XII

Apresentação

Liturgia e Devoções

As Bênçãos — ontem e hoje

A propósito do antigo caminho

de peregrinação português

Jean Evenou

Pierre Journel

Manuel Núñez Rodríguez

e José António Falcão

XIII Encontro Nacional

O Brasil e os 25 anos da SC

Pastoral Litúrgica em Moçambique

Livros litúrgicos em língua espanhola

Pelo SNL

Encontro Europeu de Liturgia

O presente número do Boletim, pelo facto de sair a curta distância do XIII Encontro Nacional, pretende chamar a atenção dos seus leitores para a piedade popular no seu relacionamento com a Liturgia.

A piedade popular — há quem prefira designá-la por religiosidade popular — é um tema que, após um espaço prolongado e uma certa travessia do deserto, acabou por se impor ao zelo dos pastores, ao estudo dos pastoralistas e ao respeito dos liturgistas.

A piedade popular não se pode reduzir aos «exercícios piedosos» (pia exercitia) porque o seu campo de acção é muito mais extenso. Houve um período, antes e durante o 2.º Concílio do Vaticano, em que um sector da Igreja procurou os caminhos da reforma através de uma atitude menos compreensiva da religiosidade popular, provocando atitudes de confronto senão mesmo de rotura. O povo cristão reagiu com decisão e manteve-se fiel aos exercícios piedosos e a outras tradições religiosas de carácter popular, como a via-sacra, a devoção ao Coração de Jesus, a Nossa Senhora (Avé Maria, trindades, terço ou rosário, ladainhas) e aos Santos (peregrinações, culto das relíquias, procissões).

O primeiro artigo deste número é da autoria do P. Jean Evenou, liturgista francês ao serviço da Congregação do Culto Divino, e foi publicado, este ano, no n.º 246 de NOTITIAE, que é a revista oficial desta Congregação.

Trata-se de um estudo sério e enriquecido com dados históricos de grande significado. Os exercícios piedosos nele tratados correspondem a alguns dos mais queridos ao nosso povo cristão. Vale a pena fazer uma reflexão com base neste estudo. Ao falar

do terço, acentua justamente a influência das Aparições de Lourdes, mas omite as Aparições de Fátima e a sua projecção no estímulo da reza do terço no nosso País e no mundo inteiro. A recente abertura do Ano Mariano, em que João Paulo II presidiu à recitação do terço numa celebração transmitida pela Mundovisão para todos os continentes, mostrou com eloquência não só o espírito mariano do Papa mas também a sua devoção a Nossa Senhora de Fátima e à oração do rosário.

O pequeno mas substancial estudo de Mons. Pierre Jounel sobre o Ritual das Bênçãos, cuja promulgação é de 1984, procura sensibilizar os leitores para a vinda da versão portuguesa e ainda para as características deste Ritual.

Entre estas características, salientamos duas: adopção da bênção-lowvor e maior número de novos textos.

Vale a pena acentuar a conclusão final de que o Ritual das Bênçãos aparece como uma eflorescência da Oração Eucarística.

O estudo sobre o antigo caminho português da peregrinação a Santiago de Compostela — a grande devoção popular da Idade Média — introduz um tema que irá concretizar-se na problemática da Arte Sacra no nosso tempo. O Dr. José António Falcão, desta vez com a colaboração do Dr. Manuel Múñez Rodriguez, apresenta um trabalho de cariz ibérico e de inegável interesse histórico.

Informações sobre o próximo Encontro Nacional e sobre acções litúrgicas do Brasil, Moçambique, Espanha, do nosso Secretariado e da Congregação do Culto Divino, estão dentro da natureza do nosso Boletim e fornecem aos seus leitores elementos de reflexão e, porventura, sugestões oportunas para adaptar e pôr em prática.

Liturgia e Devoções

Se a liturgia, na sua ordenação fixa, com o seu calendário, as suas festas, os seus ritos, os seus livros oficiais, pode ser considerada um jardim de estilo francês, as devoções parecem-se mais com as flores de campo que crescem em liberdade e chegam mesmo a alegrar (ou desfear?) as alamedas bem limpas e a relva bem cuidada do jardim litúrgico. Como as flores, as devoções têm a sua estação: podem desabrochar ou murchar com o sol e podem também ter a tenacidade da urze ou da giesta. Sem continuar a metáfora, podemos verificar que as devoções nascem por vezes duma liturgia muito pouco sensível ou inteligível, como se fosse uma forma de compensação. Por vezes, também, elas aproveitam o húmus litúrgico para crescer à vontade e invadir, mesmo até a abafar, uma ou outra estação litúrgica. Acontece ainda que uma devoção nasce, cresce e vence toda a espécie de dificuldades, até fazer-se acolher na própria liturgia. Neste domínio, há um contínuo vaivém que provoca um equilíbrio irregularmente feliz e frequentes vezes precário. A quarenta anos de distância, o povo cristão da Europa reconhecer-se-á hoje nesta enumeração das devoções que encontramos na encíclica **Mediator Dei** de 1947 :

«Há outras práticas de piedade, que, embora não dependam estritamente da santa liturgia, revestem-se de particular dignidade e importância a ponto de fazerem parte, de certo modo, da organização litúrgica e de usufruírem de repetidas aprovações e louvores deste Sé Apostólica e do episcopado. Salientam-se deste número as orações que se costumam fazer durante o mês de Maio, em honra da Virgem Mãe de Deus, ou, durante o mês de

Junho, em honra do Sagrado Coração de Jesus, os tríduos e as novenas, a via-sacra e outras devoções semelhantes».¹

A Constituição sobre a Liturgia, muito mais sobriamente, mantém a aprovação da Igreja aos exercícios de piedade do povo cristão «desde que estejam em conformidade com as leis e com as normas da Igreja», mas determina as relações que as devoções devem ter com a liturgia: «Importa, porém, ordenar esses actos de piedade tendo em conta os tempos litúrgicos, de modo que se harmonizem com a liturgia, se inspirem nela e a ela, por sua própria natureza muito superior, conduzam o povo».²

Como se deve entender esta harmonização? A declaração entregue aos Padres do Concílio, a dar-lhes o sentido do texto conciliar proposto ao seu voto, determina-a acrescentando exemplos:

«Tal implica que é preciso ensinar aos fiéis a superioridade da oração litúrgica e do ano litúrgico sobre todas as outras formas de devoção: com efeito, pode encontrar-se facilmente uma ordenação prática da piedade dos fiéis que faça abstracção do ciclo litúrgico ou que lhe seja mesmo directamente oposta, como, por exemplo, em certas festas dos Santos que concorrem com as festas mais solenes do ano litúrgico (por exemplo, uma procissão em honra de Santo António no dia de Pentecostes), ou nos tríduos ou novenas de oração que se sobrepõem aos tempos litúrgicos, mesmo que sejam os principais, a ponto de não aparecer suficientemente a recordação destes (tempos litúrgicos).

«Seria certamente inoportuno destruir estas formas de piedade para dar lugar unicamente às celebrações litúrgicas; mas os pastores de almas devem formar os fiéis sobre o modo de honrar, em primeiro lugar, a vida litúrgica da Igreja, nos mistérios e tempos do ano litúrgico, acima de todas as outras espécies de devoção. Mais ainda, será necessário progredir mais profundamente nesta acção pastoral, retirando do espírito dos fiéis tudo o que, nas formas de devoção, possa manifestar qualquer cheiro de superstição, sobretudo no que se refere a número de dias a ocupar nas orações, a forma destas orações, etc.: todas as coisas que fazem nascer em muitos dificuldades que não são menores».³

¹ N. 177: AAS, XIV, 1947, 586; texto fr. in DC, n. 1010 (1948) col. 245.

² *De Sacra Liturgia*, n. 13.

³ Cf. *Acta Synodalia Concilii Oecumenici Vaticani II*, t. 1/3, 700.

AS DEVOÇÕES A CRISTO

Das três Pessoas divinas, é claro que é a segunda que atrai mais a devoção dos fiéis, pois «o Verbo Se fez carne». A devoção, indo sempre de encontro aos aspectos sensíveis do mistério cristão, pode expandir-se para a humanidade de Cristo, segundo a linha traçada por S. João na sua primeira Carta: «O que era desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos e o que apalparam as nossas mãos, é o Verbo, a Palavra da vida» (1 Jo 1,1).

É também claro que a devoção ao Verbo encarnado, tão querida a Berulle e à Escola francesa de espiritualidade,⁴ se destinava às almas místicas, mas jamais podia criar raízes no povo cristão, que tem sempre tendência para simplificar e humanizar: o bom Deus é Jesus; a hóstia, «é o bom Deus que recebemos, que levamos aos doentes...». A Encarnação é o presépio. A Redenção é a agonia, o levar da cruz, o Calvário, o túmulo.

A VIA SACRA

A via-sacra é certamente a mais popular de todas as práticas de devoção para com a Paixão.⁵ Uma devoção que, na sua forma actual, é relativamente recente, mas que mergulha as suas raízes na mais alta antiguidade.

Uma longa história

A cruz de Cristo foi objecto dum culto extraordinário desde a sua descoberta no século IV; ela suscita o culto das relíquias da verdadeira Cruz, a peregrinação aos Lugares Santos e a reprodução dos Lugares Santos para aqueles que não podem deslocar-se lá. A veneração pelos mesmos lugares percorridos por Cristo em Sexta-feira Santa misturou-se à devoção pelas quedas e maus tratos de Cristo na sua caminhada dolorosa até ao Calvário: é

⁴ Cf., por exemplo, H. BREMOND, *Histoire littéraire du sentiment religieux en France*, t. III, *La Conquête mystique, l'Ecole française*, 2 vols, Paris, 1921; t. X *La Prière et les prières de l'Ancien Régime*, Paris, reed. 1968.

⁵ Cf. A. TEETAART *Aperçu historique sur la dévotion au chemin*

⁶ Cf. A. TEETAART *Aperçu historique sur la dévotion au chemin de la croix*. Collectanea Franciscana, 19, 1949, pp. 1-98; M. J. PICARD «Croix (Chemin de)», *Dict. de Spiritualité*, t. 2, 1953, col. 2576-2606.

essa a origem das estações da **Via dolorosa**: começamos a assinalá-las em meados do século XV.⁶ Mas o número das estações é variável e continuará a sê-lo até ao princípio do século XIX. A via-sacra de 14 estações, como nós a conhecemos, deve-se aos Franciscanos, que a teriam introduzido no século XVIII em Espanha e de lá na Sardenha e na Itália.

Isso não significa que a devoção à Paixão e à Cruz não fosse popular desde há muito tempo. Os Livros de Horas insistem em cenas da Paixão: nelas se viria mesmo a encontrar, em gravura, um Relógio da Paixão. Constroem-se calvários, como o de Monte-Valérien, perto de Paris, cerca de 1640 com 11 capelas-estações que evocam as cenas evangélicas, desde o lava-pés até à crucificação. O P. de Montfort fará o mesmo no século seguinte em Pontchâteau. Mas há que assinalar a extraordinária difusão do livro do jesuíta P. Parvilliers: **Les stations de Notre Seigneur en sa Passion**, a partir de 1680. Permito-me lamentar que esta fórmula tenha sido suplantada pela fórmula franciscana no século XIX, porque estava muito mais próxima dos evangelhos: as 18 estações que comporta são verdadeiramente os lugares onde o olhar pode deter-se, desde o «Cenáculo onde Nosso Senhor instituiu o Santíssimo Sacramento do seu Corpo e do seu Sangue» até ao «Monte das Oliveiras donde Nosso Senhor ressuscitado subiu glorioso ao Céu», passando pela gruta do Jardim das Oliveiras, a torrente do Cedron, a casa de Aaron, a casa de Caifás, o palácio de Herodes, a Sala da flagelação, o pretório de Pilatos, a arcada do Ecce Homo...

Em 1725 o Cardeal de Nailles, arcebispo de Paris, manda publicar as «**Stations de la Passion de Notre-Seigneur en procession pour y adorer Jésus Christ**». Prevê-se a procissão para prolongar, na noite de Quinta para Sexta-feira Santa, a adoração do Santíssimo Sacramento no lugar da reposição. Em 17 estações, ela acompanha as narrações evangélicas e só estas. Em cada estação, o texto do evangelho é seguido de reflexões, de versículos e duma oração que resume e agarra o espírito da cena contemplada. Prevê-se mesmo um eco desta procissão ao longo do ano, porque se destina uma estação para cada sexta-feira.

⁶ Entre os seus divulgadores no Ocidente, importa apontar o bem-aventurado Alvarez de Córdoba, dominicano († cerca de 1430).

A via-sacra franciscana de 14 estações, com os textos que lhes junta S. Leonardo de Porto-Maurício († 1571), propaga-se a partir das costas mediterrânicas. Assim aparece na França em 1755, mas só se torna popular depois da Revolução. Sob o reinado de Luís Filipe erguem-se vias-sacras em todas as igrejas. Os métodos abundantes acabaram por se unificar, é preciso dizer: por se esclerosar? Em cada sexta-feira da Quaresma, sobretudo em Sexta-feira Santa, a via-sacra tornou-se a devoção essencial. Não era raro, ainda recentemente, encontrar pessoas a fazerem todos os dias a «sua» via-sacra. É possível que o incentivo das indulgências extraviasse, por vezes, algumas almas boas para a rotina e o formalismo, mas não há dúvida de que muitos procuraram e encontraram na via-sacra um meio de união a Cristo na sua paixão e um caminho de progresso espiritual.

Esta devoção está longe de ter perdido o seu impacto sobre o povo cristão. Ainda hoje não é raro ver uma assistência mais numerosa na via-sacra de Sexta-feira Santa do que na celebração litúrgica da Paixão. E não seria justo desacreditar uma forma de piedade que pôde inspirar escritores como Paul Claudel e, mais ainda, tão numerosos Santos.

Possibilidades de renovação

O desenvolvimento do movimento litúrgico devia provocar, entretanto, um certo mal-estar à volta da via-sacra tradicional. Pretende dar-se prioridade, em Sexta-feira Santa, ao ofício litúrgico da Paixão. Todos reconhecem, também, que são discutíveis tanto a escolha como a distribuição das estações. Por que começar apenas na condenação de Jesus por Pilatos? Porquê estas estações que não têm nenhum fundamento nos evangelhos? Por que é que, acima de tudo, se para na deposição no túmulo? Por ocasião do 2.º Concílio do Vaticano, vêem-se aparecer aqui e ali diversas tentativas para reencontrar o filão evangélico. Assim, nas **Notes de pastorale liturgique**, o P. Roguet propunha desde 1962 quatro vias-sacras segundo os quatro evangelhos, com uma 15.ª estação a evocar a Ressurreição. Com uma preocupação pedagógica bem compreendida, certos missais dos fiéis dividiram os evangelhos da Paixão (Ramos e Sexta-feira Santa) em 14 secções com títulos que podem servir de quadro a uma via-sacra, ao mesmo tempo, tradicional e evangélica. Não há dúvida de que é o bom caminho para harmonizar esta devoção com a liturgia.

É um facto que os quadros e os baixos relevos, que acompanham as cruzes de cada estação, se mantêm fiéis a cenas diferentes das do evangelho; que a via-sacra quase não tem inspirado composições musicais ou cânticos adaptados, quando já não é possível cantar: «**Suivons sur la montagne sainte...**». Isso tem a sua importância se queremos que a via-sacra continue a ser para a maior parte dos fiéis o meio mais simples e mais eloquente de meditar a Paixão. Por outro lado, poderíamos desejar que a liturgia oficial de Sexta-feira Santa utilize algumas das características que tornaram popular a via-sacra? Até ao século passado, a liturgia parisiense, por exemplo, previa uma procissão lenta da Cruz através da igreja, entrecortada de estações, durante as quais se cantavam os Impropérios, antes do desnudamento e da elevação da Cruz.

SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

A devoção ao Sagrado Coração⁷ nasceu, também ela, da piedade para com a Paixão. A imagem do Bom Pastor, dos primeiros séculos, cedeu o lugar à de Cristo na cruz, que não esconde nada dos seus sofrimentos (como o «devôt Christ» de Perpignan), ou de Cristo dos ultrajes, ou de Cristo jacente no túmulo. Com frequência, os missais do fim da Idade Média contêm uma missa votiva das Cinco Chagas de Cristo. Mas das cinco chagas é a chaga do lado que domina. Quando as Visitadinas pedem a Roma, após as aparições a Santa Margarida Maria, uma missa do Sagrado Coração, a Congregação dos Ritos contenta-se com as convidar a adoptar a das Cinco Chagas. A corrente da «devotio moderna» alimenta-se das meditações de S. Bernardo, de S. Boaventura, das revelações de Santa Gertrudes sobre o lado aberto do Salvador. No século XVII, a devoção eucarística prolonga a oitava da Festa do Corpo de Deus com uma missa votiva em reparação das injúrias feitas ao Santíssimo Sacramento. Está tudo preparado para que se cristalize uma devoção nova, a do Sagrado Coração.

⁷ Resumo histórico sobre a devoção do Sagrado Coração e o culto litúrgico em J. LERCARO, «Le Sacré Coeur et le renouveau liturgique», DC, n. 1470 (1966), col. 781-796. Para uma visão geral característica da corrente devocional e teológica no princípio do século XX, cf. J. BAINVEL, «Coeur Sacré de Jésus (Dévotion au)», Dict. de Théol. Cath., t. III, 1908, col. 271-351.

Fluxo e refluxo

A corrente de piedade de S. João Eudes, marcada pela acção de graças e pela riqueza insondável do amor de Cristo, e a de Paray-le-Monial, que põe o acento na contemplação reparadora do coração trespassado, são do mesmo tempo (1672-1675) e provocam um vasto impulso de fervor, por vezes em ambiente de luta entre jansevistas e «cordicoles». É preciso verificar, porém, as reticências e mesmo as resistências de Roma a esta nova forma de devoção, enquanto a Polónia reclama instantaneamente uma festa do Sagrado Coração, e os bispos franceses, um após outro, encorajam a devoção e promovem-na mesmo a nível litúrgico.

Roma admite efectivamente benzer as confrarias do Sagrado Coração mas, durante muito tempo, opõe-se a uma festa litúrgica. O futuro Bento XIV, então promotor da fé, objecta aos pedidos:⁸ Já há a Sexta-feira Santa. Se concedemos uma nova festa, por que não, a seguir, uma festa da Cabeça ou da Mão de Cristo? Quando a persistência dos devotos do Sagrado Coração, Visitandinas e Jesuítas à frente, acabou por alcançar em 1765 uma missa e um ofício, a devoção já tinha todas as formas que se lhe conhecerá doravante: uma festa litúrgica, geralmente na sexta-feira que se segue à oitava do Corpo de Deus, uma missa votiva na primeira sexta-feira de cada mês, um pequeno ofício, ladaínhas, uma novena, um acto de consagração... Quando finalmente Pio IX estendeu a festa do Sagrado Coração a toda a Igreja latina, não fez mais do que confirmar uma situação de facto. Mas desde então, é Roma que encoraja e desenvolve a devoção que se ramifica em todos os domínios, mesmo sem exceptuar algumas extravagâncias: numerosos institutos religiosos (até aos «Padres vítimas do Sagrado Coração»), confrarias, ligas, guardas de honra, igrejas e basílicas, terço pequeno, ladaínhas, escapulário, bandeira, relógio do Sagrado Coração, entronização do Sagrado Coração nas famílias, consagração das paróquias, das dioceses, dos países, do género humano ao Sagrado Coração, proclamação da realeza universal do Sagrado Coração.

A festa do Sagrado Coração torna-se quase igual à festa do Corpo de Deus. Tende mesmo a desdobrar-se, com a festa do

⁸ Cf. P. DE LAMBERTINI, *De servorum, Dei beatificatione...*, L, IV, pars II, c. XXX, nn. 16-22, Bononiae, 1738, 309-314.

Coração eucarístico de Jesus. O mês de Junho é consagrado ao Sagrado Coração, e a primeira sexta-feira do mês marca o ritmo da vida das paróquias e das comunidades mais que as festas do calendário. A devoção tomou assim um aspecto englobante e invadiu todo o domínio religioso: podemos mesmo admirar-nos de como foi possível a Igreja viver tantos séculos sem ela.

Convém observar então um fenómeno que não é único: quando começa a manifestar-se um reflexo inevitável, Roma esforça-se por conservar, desenvolver mesmo, se possível, o que recusou durante tanto tempo. A última encíclica sobre este assunto data de 1956 (**Haurietis aquas**): Pio XII esforça-se por repor a devoção ao Sagrado Coração num plano teologicamente sólido.⁹

No fim do Concílio, lá está o refluxo, e o balanço é partilhado. «Ao lado duma difusão quantitativa indubitável e por vezes admirável, nota-se também um empobrecimento do conteúdo desta devoção e mesmo uma falta preocupante de espírito litúrgico nas suas manifestações. O culto do Sagrado Coração, precisamente para se tornar popular, foi consideravelmente simplificado no plano teológico. A profunda elaboração da Escola Francesa foi posta de lado para se dar uma excessiva difusão ao conteúdo das revelações da santa religiosa de Paray-le-Monial ou antes só a uma parte delas, a que se refere às promessas do Senhor. Assim se chegou a uma concepção demasiadamente mecânica do vínculo entre as promessas do Salvador e a devoção das primeiras sextas-feiras do mês. O mesmo aconteceu com a difusão da imagem do Sagrado Coração. A difusão desta devoção teve como consequência fazer esquecer as suas origens, que eram totalmente interioridade, espiritualidade de amor, procurando imitar, o mais possível, o amor de Cristo. Por outro motivo, este culto acabou por se substituir à vida litúrgica autêntica, e as suas práticas absorveram uma boa parte do lugar que a comunidade paroquial ou religiosa dava aos actos de culto».¹⁰

Ao lado destes aspectos negativos — que não se podem apagar — «importa reconhecer que no século passado, em certas zonas da cristandade oriental, o culto do Sagrado Coração desempenhou certamente um papel de substituição, preparando uma vida litúrgica mais pura e essencial que começou a exprimir-se, de

⁹ AAS, XXIII, 1956, 309-353; tr. fr. in DC, n. 1227 (1956), col. 709-742.

¹⁰ J. LERCARO, *art. cit.* (n. 6), col. 794.

modo mais sensível, apenas em meados do nosso século. O facto de esta devoção se basear num elemento tão essencial à vida cristã como o amor do Senhor para com os homens permitiu precisamente que, em seguida, o sentimento cristão que ela canalizava fosse transferido para um plano teológico e litúrgico».¹¹

Não terá a reforma litúrgica tornado a dar a sua oportunidade à devoção ao Sagrado Coração, libertando-a das suas escórias, revigorando-a no Evangelho, não mais a obrigando a prestar um serviço de substituição, porque a liturgia se torna o pão quotidiano dos fiéis?

AS DEVOÇÕES MARIANAS

Não é possível evocar só as formas múltiplas de devoção que floresceram em torno da Virgem Maria, apenas no Ocidente: o P. Dumanoir publicou, de 1949 a 1964, uma verdadeira enciclopédia nesta área: **Maria**.

Para nos atermos a limites mais modestos, contentar-nos-emos com examinar a **Avé Maria** e as suas derivações, assim como as ladaínhas marianas

A **Avé Maria**¹²

Até ao século XVI, os devotos de Nossa Senhora saudavam-na assim: «Avé, Maria, gratia plena, Dominus tecum, benedicta tu in mulieribus, et benedictus fructus ventris tui». A fórmula era a de uma antifona litúrgica,¹³ proveniente, por sua vez, de duas frases do Evangelho, a saudação de Gabriel (Lc 1, 28) e a de Isabel (Lc 1, 42), às quais se acrescentou o nome de Maria. Evidentemente, a oração era dita em latim, e a sua importância era de tal modo reconhecida que Eudes de Sully, bispo de Paris († 1208), ordenou que todos aprendessem a **Avé Maria**, aliás como o **Pater noster**. Alguns anos mais tarde, o poeta Gaultier de Coincy troçará dum

¹¹ *Ibid.*, col. 794.

¹² Sobre a história da **Avé Maria**, ver, por exemplo, H. LECLERCQ, *Histoire des Conciles*, t. V/2, 1913, 1734-1759; *id.*, «Marie (Je vous salue)», DACL, t. X/2, 1931, col. 2043-2062.

¹³ Era — e ainda é no *Ordo cantus Missae* — a antifona do ofertório do 4.º domingo do Advento.

pobre aldeão que se atrapalha com este latim e é incapaz de passar «além de **mulieribus**».

E porque esta prece era uma saudação, recitava-se fazendo uma inclinação, uma genuflexão ou uma prostração, o que podia conduzir a uma verdadeira ginástica ascética ou mística: a bem-aventurada Ida de Lovaina († cerca de 1260) fazia por vezes mais de mil genuflexões por dia, rezando em cada uma delas a **Avé Maria**.

O nome de Jesus terá sido acrescentado no fim da antífona pelo bem-aventurado Urbano IV († 1264). Mas, no século XV, sentiu-se a necessidade de concluir a saudação com uma súplica. S. Bernardino de Sena exclama num sermão (antes de 1440): «Eu não me posso impedir de acrescentar: Santa Maria, rogai por nós pecadores». No fim deste século, o texto era já tal qual S. Pio V o oficializou introduzindo-o na revisão do Breviário romano (1568) entre as orações de preparação de cada hora do ofício.

Como nós a temos há 500 anos, a **Avé Maria** continua a ser a mais popular — e também a mais evangélica — das orações dirigidas a Santa Maria, Mãe de Deus.

As trindades

Um quadro de Millet apresenta aldeões num campo suspendendo o trabalho, de mãos juntas e cabeça recolhida: é a hora de trindades. A tríplice **Avé Maria**, de manhã, ao meio-dia e à noite, quando toca o sino, é familiar a todos sob o nome de trindades e marcou o ritmo do campo na Europa, quando se não conhecia nem relógio nem despertador.

Mas as suas origens são difíceis de atingir!¹⁴ Parece que começou por ser uma devoção dos Frades Menores no século XIII: depois de completas, cantavam ou recitavam de joelhos, ao tríplice toque do sino, quer a antífona **Angelus locutus est Mariae**, quer algumas **Ave Maria**, fixadas em três no princípio do século XIV. Os Papas de Avinhão aprovaram e encorajaram este costume. As trindades de manhã cedo se juntaram à da noite e se espalharam por todo o Ocidente no século XIV. As trindades do meio-dia são mais recentes: em França o seu uso data do reinado de Luís XI para implorar a paz do Reino após a Guerra dos Cem Anos. Com Sixto IV († 1484), fez-se a unificação: os três toques do sino, acom-

¹⁴ Ver W. HENRY, «Angelus», *DAcL*, t. I/2, 1907, col. 2068-2078.

panhados pela recitação das três **Ave Maria**, têm por fim honrar Maria no mistério da Anunciação. No século XVI cada **Ave Maria** é introduzida por um versículo, e a oração final aparece um pouco mais tarde. Assim constituídas, as trindades apresentam-se com a estrutura duma pequena Hora do Ofício canónico, vindo as três **Ave Maria** acompanhadas duma antífona que faz a vez dos salmos. Por ter mal compreendido esta estrutura que aproxima da liturgia a oração de trindades, acrescentou-se numa região ou noutra, na Itália por exemplo, um tríplice **Gloria** e uma oração pelos defuntos: a tendência fatal das orações e dos ofícios litúrgicos é sempre ver a hera a subir sobre o seu tronco.

A oração de trindades resistirá ao fenómeno da urbanização, ao da mecanização dos campos, ao ritmo trepidante da vida moderna, até mesmo à electrificação dos relógios? Não passará o quadro de Millet duma testemunha dum passado extinto? Recentemente, os Servitas de Maria tentaram renovar as trindades acrescentando-lhes uma breve liturgia da Palavra, mas o elemento bíblico já não falta no próprio texto da oração.¹⁵ Não poderiam as trindades ser propostas de novo com uma oração totalmente simples, de manhã e à noite, para os fiéis que não possam chegar à liturgia das horas e que no entanto desejem santificar as horas do dia? Depois do Pai Nosso, que melhor oração se pode propor além das trindades, com o seu ar litúrgico e o seu conteúdo que oferece uma síntese do mistério do Verbo feito carne, morto e ressuscitado?

O terço¹⁶

O terço e o rosário são uma continuação de **Ave Maria** repetidas, em número determinado, a acompanhar a meditação dos mistérios de Cristo. O método de contas enfiadas em coroa a passar pelos dedos a fim de medir a oração é um processo que vem de longe e que se encontra tanto na Índia e no Egipto como no Islão. S. Paulo eremita, no seu deserto, utilizava pequenas pedras. Entretanto, foram necessários doze ou treze séculos antes que este processo fosse adoptado de modo generalizado no cristianismo:

¹⁵ Mais do que de renovação seria mais justo falar duma tentativa para transformar a recitação das trindades numa espécie de ofício ou numa celebração da Palavra: *Angelus Domini*.

¹⁶ Sobre a pré-história e a formação do rosário ver, por exemplo, M.-M. GORCE, «Rosaire», DTC, t. XIII/2, 1937, col. 2902-2911.

serviam-se de correias ou de cordões munidos de nós ou caroços, e, mais tarde, de grãos enfiados em coroa. A princípio não era para recitar as **Ave Maria** mas os **Pater**, donde vem a expressão: dizer os Pai Nossos. Não tardaria que a devoção mariana viesse a apropriar-se deste conta-orações: a coroa de grãos é semelhante à coroa de rosas com que se ornamentam as imagens da Virgem Maria, e aí temos o terço ou o rosário. A coroa contava cinquenta grãos, repartidos em cinco secções.

Foi preciso esperar pelo século XV para que se organizasse a actual forma de recitação, graças particularmente a um dominicano, o bem-aventurado Alain de la Roche († 1475). A ele se deve o costume de recitar 150 **Ave Maria**, meditando os mistérios de Cristo em três séries que abrangem os mistérios gozosos, dolorosos e gloriosos. Como na via-sacra, os «mistérios» assim propostos à meditação são concretos e tirados do Novo Testamento e da tradição, sobretudo litúrgica: é o ano litúrgico abreviado que decorre da Anunciação à Assunção enquanto se desfilam as **Avé Marias**.

Com o fim de divulgar esta forma de oração entre o povo cristão, Alain de la Roche favoreceu o crescimento das Confrarias do Rosário.

Ele não queria que se falasse de terço ou de rosário, mas de saltério, porque «terço (em francês: chapelet) é um nome mundano e saltério é um nome espiritual». Esta denominação pretendida por Alain de la Roche revela bem o que representava para ele o rosário que pensava divulgar: um substituto do saltério para o conjunto dos fiéis que não podem ter acesso ao ofício do breviário; não uma oração mecânica, mas um meio simples para as almas simples contemplarem os mistérios da Encarnação, da Redenção e da Ressurreição.

Em pouco tempo o Rosário tornou-se uma forma de devoção generalizada e popular no Ocidente até mesmo por causa da sua simplicidade. É sabido que a festa do Rosário foi instituída por Pio V em acção de graças pela vitória de Lepanto (7 de Outubro de 1571), atribuída à recitação do rosário numa Europa ameaçada pelos Turcos e pelo Islão. Resultou daí uma nova vaga de difusão, com as Confrarias do Rosário a fundarem-se um pouco por toda a Europa.

No século passado, o Rosário conheceu uma nova extensão, na qual as aparições de Lourdes desempenharam um papel im-

portante: não apareceu a Virgem Maria a Bernadette com um rosário na mão? Mas é preciso acrescentar: as oito encíclicas que Leão XIII consagrou ao Rosário, de 1891 a 1898; a celebração generalizada do mês de Outubro como «mês do Rosário», à maneira de Maio; outras iniciativas, como o Rosário vivo, fundado por Pauline Jaricot em 1826; a peregrinação do Rosário e da basílica do Rosário em Lourdes, o Santuário do Rosário em Pompeia, e tantas Congregações religiosas activas em que o Rosário ocupa o lugar de oração comunitária institucionalizada.

Depois de várias décadas, há que verificar um importante refluxo. E não é de admirar: a recitação do terço durante a Missa, sobretudo uma recitação comunitária, seria considerada hoje um contra-senso, enquanto no passado era um meio de união com as orações que o padre dizia lá ao fundo numa língua desconhecida. Os esforços feitos para promover a liturgia das horas, o desafecto por formas de oração julgadas fora de moda, a monotonia lançada em rosto à citação do terço, tudo isso contribuiu para um certo abandono.

É preciso ultrapassar este cansaço para reencontrar o primitivo entusiasmo do rosário, à maneira de Peguy, que comparava os **Pater** e os **Ave** do terço a navios de alto bordo em rota para o Pai. É a nossa vez de tentar esta navegação mística. Certas formas de música popular moderna, que exprimem uma palavra, um pensamento, de modo ritmado e repetido, podem ajudar os cristãos de hoje a ultrapassar a dificuldade da repetição.. A oração do rosário, como a oração litúrgica, une a oração de petição à oração contemplativa. E, acima de tudo, «a evocação dos mistérios do Rosário faz deste modo de piedade mariana uma meditação cristológica, habituando-nos a ver Cristo com os melhores olhos que se podem conceber: os de Maria. O Rosário situa-nos em Cristo, no enquadramento da sua vida e do seu mistério, não somente com Maria mas — na medida em que tal nos seja possível — como Maria, aquela que, certamente mais que ninguém, meditou sobre Ele, O compreendeu e amou, viveu d'Ele».¹⁷

Sendo uma oração de devoção, o terço não substitui a oração litúrgica, mas pela sua própria simplicidade, pela sua inspiração cristocêntrica, pelo seu método contemplativo, pode continuar ou

¹⁷ PAULO VI, na audiência geral de 8 de Outubro de 1969, no dia seguinte ao da publicação da exortação apostólica «*Recurrrens mensis October*», em que pediu se rezasse o Rosário pela paz.

tornar-se para os cristãos de hoje um meio privilegiado de ir, rezando, «a Jesus por Maria», e de «aprofundar a consciência da presença de Maria no mistério de Cristo e da Igreja, como ensina o Concílio».¹⁸

Ladainhas da Santíssima Virgem

A ladainha é um género de oração popular pela sua simplicidade, feita da enumeração rápida seguida de uma mesma resposta repetida indefinidamente. É um género de oração habitual em todas as religiões e de que os cristãos encontraram exemplos na oração da sinagoga, particularmente em certos salmos, como o salmo 135 com o refrão: Eterno é o seu amor! e os salmos «aleluiáticos». Seja como for, encontramos a oração litânica entre os cristãos desde os primeiros séculos: já aparece em estado latente na Epístola de S. Clemente de Roma.¹⁹

Os Orientais afeiçãoaram-se muito cedo a este processo de desenvolvimento da oração pela enumeração,²⁰ mas os Ocidentais tão-pouco se privaram dela.²¹ A ladainha conheceu assim diversas formas e utilizações no culto cristão, tanto na antiguidade como na Idade Média, e reencontrou um lugar importante na liturgia actual: com efeito, são de tipo litânico as intercessões dos ofícios matutinos e vespertinos.

As ladainhas mariais derivam dum género especial, e particularmente popular, de ladainhas: a ladainha dos santos. De facto, a ladainha dos santos compõe-se de duas partes bem distintas: uma invocação sucessiva dos santos com a resposta invariável: «ora pro nobis», e uma dupla série de petições pelas diversas necessidades, que estão na linha da oração litânica tradicional e às quais o povo responde: «Libera nos Domine», e depois «Te rogamus, audi nos».

Era absolutamente natural que a ladainha dos santos servisse de esboço a outras e, em particular, às ladainhas em honra da Virgem Maria.

Se a ladainha dos santos deu a estrutura, a inspiração das ladainhas mariais deve procurar-se noutro lado. Desde o século VIII,

¹⁸ JOÃO PAULO II, Homilia de 1 de Janeiro de 1987.

¹⁹ Ch. 59-60, sobretudo 59, 4.

²⁰ Por exemplo, uma oração a Cristo na glória num sermão de S. Efrém († 373), *Inni a Cristo*, Roma, 1981, pp. 25-76.

²¹ Assim S. Francisco de Assis († 1226) no seu louvor do Altíssimo (*Fonti Francescane*, Ed. Franc., 1986, n. 261 pp. 134-135).

encontramos séries de invocações à Virgem como um desenvolvimento lírico da saudação angélica nas homilias orientais.²² É justamente um canto das Igrejas do Oriente, o hino acatista,²³ que bem parece ser a fonte duma oração litânica marial da alta Idade Média, que estará na origem das ladainhas chamadas de Loreto, que nós conhecemos.²⁴ O mais antigo testemunho do seu uso em Loreto, o santuário mariano por excelência da Itália, data de 1531, mas não eram as únicas, mesmo em Loreto. Foi certamente a sua aprovação por Sixto V em 1587 e sobretudo o decreto de Clemente VIII em 1601, proibindo a publicação de outras ladainhas, que garantiram às ladainhas de Loreto o seu triunfo exclusivo. O encorajamento dos papas, a concessão de indulgências, os exercícios do mês do rosário, as procissões e peregrinações não contribuíram pouco para as tornar populares até ao nosso tempo.

Podemos saborear ainda hoje o encanto poético destas ladainhas, sobretudo cantadas em latim. Podemos mesmo admirar a arte do compilador que soube seleccionar entre as várias fórmulas que tinha sob o altar, aquelas que melhor exprimiam os títulos e as glórias de Maria. Podemos apreciar a sobriedade de que deu provas conservando apenas a primeira parte da ladainha e suprimindo as fórmulas de petição muito dependentes das ladainhas dos santos e que se encontram regularmente nas ladainhas mariais depois do século XII.

Ao mesmo tempo podemos lamentar que a exclusividade dada às ladainhas de Loreto tenha feito cair no esquecimento outras tentativas, tal como a ladainha marial tirada da Sagrada Escritura e musicada pelo director do coro de Loreto em 1574; aí se encontravam, tiradas unicamente do Antigo Testamento (o que a limitava), invocações como: Glória de Jerusalém, Espelho sem mancha, Lírio entre espinhos, Aurora nascente, Trono da glória de Deus...

Compreende-se que a reforma litúrgica, a sua refontalização na Sagrada Escritura, tenha procurado restituir mais seiva bíblica à oração litânica marial.

²² Assim a de S. Germano de Constantinopla que se lia no antigo Breviário no dia 8 de Dezembro.

²³ Cf. G. G. MEERSSEMAN, *Der Hymnos Akathistos in Abendland*, 2 vol. Spicilegium Friburgense, Fribourg, 1958-1960.

²⁴ Cf. M. BOVAL, *Les litanies de Lorette*, Paris 1946; A. A. BARON, «Le culte de la très Sainte Vierge à Lorette», em *Maria*, t. IV, Paris, 1956, pp. 85-109.

Com a liberdade própria do gênero poético, os cânticos foram os primeiros a variar, com maior ou menor felicidade, as invocações da Virgem Maria: Virgem Imaculada, Serva do Senhor, Filha de Sião, Glória do nosso povo, Modelo da fé, Morada do Altíssimo, Santuário do Espírito, Mãe da Igreja, Mãe de todos os homens, Estrela na nossa noite, Alegria do universo... ou ainda este refrão:

Mãe escolhida entre todas as mulheres,
Mãe escolhida entre todas as mães,
Mãe de Cristo e mãe dos homens,
Dá-nos o teu Filho.

Sem procurar aprofundar muito se as prescrições de Clemente XIII são ainda actuais, foram feitas recentemente várias tentativas para renovar a linguagem das ladainhas mariais, sem pretensões a uma oficialização, mas tendo a intenção de recolher o ensinamento da *Lumen gentium* sobre a Bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no mistério de Cristo e da Igreja. Ao lado das invocações tradicionais: Arca da Aliança, Estrela da manhã, Porta do Céu, é bem poder reencontrar outros, também tradicionais e de inspiração profundamente bíblica que o Concílio pôs em evidência: Filha de Adão, nova Criatura, Filha de Sião, Virgem de Nazaré, Cheia de graça, Virgem toda santa, Serva do Senhor, Mãe de Jesus, Mãe dos discípulos, Mãe dos vivos, Rainha do universo...²⁵

Não foi ainda revisto o título do Ritual Romano que contém as Ladainhas mariais. Esperemos que, ao lado ou em vez das ladainhas de Loreto, tenha lugar uma ladainha mais inspirada na Bíblia, como aquela que foi inserida em 1981 no Ritual da coroação duma imagem da Virgem Maria,^{25bis} em que se invoca: Mulher nova, Mulher revestida de sol, Mulher coroada de estrelas, Alegria de Israel...

Uma tal renovação só pode tornar mais autenticamente cristã, e condizente com a fé dos cristãos de hoje, esta oração em que se desvanecem todas as invocações dos filhos de Deus relativamente àquela que se tornou sua mãe, bendita entre todas as mulheres.

(*Continua*)

JEAN EVENOU

²⁵ Todas estas denominações se encontram na *Lumen Gentium*, ch. VIII.

^{25bis} *Ordo coronandi imaginem beatae Mariae Virginis*, Ed. typica. Typis Polyglottis Vaticanis, 1981, n. 41.

As Bênções

ONTEM E HOJE

A secção relativa às bênções foi sempre a mais flutuante e a mais variada dos sacramentários, **agenda** e rituais. Tal se deve à diversidade das necessidades da comunidade cristã que dela faz uso. As amplas colecções monásticas de bênção de cada um dos lugares conventuais não eram usadas nas paróquias. O Ritual de 1614, que o Papa Paulo V apresentou como norma às Igrejas particulares, limitou-se a um número muito restrito de bênções. Eram 18. Mas os Rituais diocesanos dos séculos 17 e 18 não deixaram de lhes acrescentar importantes complementos na Itália do norte, na Alemanha e em França. O Ritual que utilizava o Santo Cura de Ars em meados do século 19 continha 90 bênções sacerdotais. Pouca a pouco constituiu-se um **corpus**, sob a autoridade dos Bispos, e depois os editores apuseram-no em apêndice ao Ritual romano. Em 1952 entrou no título VIII do Ritual. Este propunha 150 bênções, setenta e nove das quais eram reservadas ao Bispo ou ao seu delegado. Em 1964, a Instrução **Inter Oecumenici** reduzia a 7 o número das bênções reservadas.

Na origem, a bênção era uma oração de louvor, do tipo dos dois formulários actuais da colocação do pão e do vinho sobre o altar no princípio da liturgia eucarística. Era uma homenagem ao soberano Senhorio do Criador e d'Aquele que foi estabelecido como Rei do Universo. Desde a alta Idade Média, porém, passou-se da bênção-louvor à bênção-invocação. A bênção tornou-se acima de tudo, uma garantia de protecção divina para as pessoas e as coisas. O objecto bendito recebia um valor sagrado pela sua retirada do domínio profano. Sublinhava-se este aspecto com maior força quando a invocação era precedida dum exorcismo. A teologia

da bênção desenvolveu-se desde então numa linha diferente daquela que tinha sido conhecida pela Igreja dos Padres e que foi testemunhada, em primeiro lugar, pela **Tradição Apostólica** de Hipólito.

A evocação do passado, longínquo e próximo, permitirá aprofundar a especialidade do novo ORDO BENEDICTIONUM, que foi promulgado pelo Papa João Paulo II, e o seu enraizamento na tradição.

O volume pertence, sem contestação, à categoria dos benedictionários que pretendem responder a uma grande diversidade de precisões: bênções das pessoas e dos múltiplos edifícios onde decorre a actividade dos cristãos, bênções dos lugares e dos objectos ordenados ao serviço litúrgico, objectos de piedade. Os formulários são 41, mas está-se longe, no entanto, da prolixidade do Ritual de 1952. As Conferências episcopais têm a faculdade de lhe acrescentar novos textos requeridos pela adaptação da liturgia às suas respectivas culturas. Abrindo a porta ao pluralismo, talvez se tivesse podido restringir mais os **Ordines** propostos. Assim, fora da Itália, não se usará o rito da bênção duma nova porta de igreja.

Seja como for a escolha das pessoas ou das coisas susceptíveis de receber uma bênção, só nos podemos felicitar pelo retorno à tradição primitiva, que é testemunhada simultaneamente pelos **Praenotanda**¹ e pelo maior número de novos textos: a bênção-louvor ocupa o primeiro lugar. Melhor ainda, a bênção brota da leitura da palavra de Deus. Tanto aqui como na celebração dos sacramentos, tudo começa pelo acolhimento da Palavra. Não é esta Palavra que é, em si mesma, uma bênção? Mais ainda do que a palavra do homem celebrando a grandeza divina, a bênção é na verdade a palavra que Deus dirige ao homem. Após a criação do homem e da mulher, o primeiro gesto de Deus foi abençoá-los (Gn. 1, 28).

Se celebramos assim a bênção como encontro da palavra dita por Deus ao homem com a palavra de acção de graças dirigida pelo homem a Deus, ela torna-se eucaristia. O conjunto do livro das bênções aparece portanto, como uma última eflorescência da Oração Eucarística. Recebe dela toda a sua grandeza.

PIERRE JOUNEL

¹ Preliminares do Ritual das Bênções.

A propósito do antigo caminho de peregrinação português

Se é certo que a peregrinação portuguesa a Compostela está mais bem documentada durante o período gótico, chegando a converter-se numa tradição da dinastia lusitana, não temos dúvidas a respeito da existência desta manifestação popular da fé em Santiago (e nos demais santos cujas relíquias estavam depositadas na cidade galega) já nos tempos do próprio Conde D. Henrique, que visitou o túmulo do Apóstolo em 9 de Dezembro de 1097, depois de ter percorrido artérias de trabalhosa circulação. Tomando em conta a proximidade existente entre a Galiza e a zona interamnense, a que permaneceu unida até à fundação do estado português, tão-pouco nos parece temerário situar as primeiras romarias na época em que a deslocação ao santuário compostelano decorria num âmbito local e espontâneo, isto é, quando ainda não se havia convertido numa verdadeira obrigação para além da devoção propriamente dita. Tal perspectiva coincide com a de António Cruz. Este considerou que a antiguidade do caminho português poderia remontar, inclusivamente, aos tempos de D. Afonso III das Astúrias, sob cujo reinado foram trasladadas as colunas e bases romanas da acrópole portuense de Penaventosa para o templo erigido pelo monarca em Compostela e à consagração do qual, ocorrida em 899, assistiram não só um grande grupo de devotos e romeiros, mas também dezassete prelados, figurando entre estes os portugueses Nausto de Coimbra, Argimiro de Lamego, Teodomiro de Viseu, Argimiro de Braga, e Gumado do Porto.

Outra importante tarefa que se coloca aos investigadores é

a de averiguar os motivos por que esta rota não alcançou nunca a importância do caminho francês e logo, por que as consequências da peregrinação oriunda de um Portugal marcado por inegáveis rivalidades clericais com Compostela (por vezes afectadas também pela deterioração das relações com a monarquia castelhana-leonesa) não sejam equiparáveis às que se verificaram na Espanha cristã, dotada de uma conformação política mais avançada que estimulou a vinda de peregrinos ultrapirenaicos pelos benefícios que tal acarretava. Ao norte do rio Douro facilitou-se a viagem, potencializando toda uma série de infra-estruturas de serviços necessários ao longo de todo o caminho ecuménico, o que teve um desenvolvimento muito menor — exceptuando aspectos pontuais — em relação à estrada portuguesa, como é o caso de refúgios físicos (hospícios, hospitais, albergarias...), refúgios espirituais (templos, mosteiros...), medidas de segurança e todo um conjunto de melhorias significativas na rede viária. Em suma, poder-se-ia supor que o caminho luso constituiria um fenómeno social de carácter mais subsidiário.

No que respeita ao esclarecimento dos rumos seguidos pelos peregrinos em Portugal, temos, como fonte principal, os escassos dados que o geógrafo ceutense Al Idrisi compilou no seu **Recreio para o que anseia percorrer os horizontes do mundo**. actualmente, ainda que as notícias de que dispomos sejam de valor muito desigual, realizam-se grandes esforços para superar aspectos lacunares, merecendo especial consideração as sugestivas conclusões de Ferreira de Almeida e de Baquero Moreno, entre outros. Mas a síntese final é, por enquanto, provisória.

:: :: ::

O fim do Império Romano supôs a decadência da maior parte das boas calçadas. Não obstante tal facto e a ruína de grande extensão daquela rede de comunicações, a rota medieval de Entre-Douro-e-Minho aproveitou, na medida do possível, troços viários antigos ou, pelo menos, reflectindo uma ligação fundamental à eficácia dos velhos tramos e pontes em uso, assim como a critérios topográficos tradicionais. Há que pensar também no problema de que os romanos não fizeram provavelmente mais do que estender pavimentos empedrados ao longo de umas vias que já deviam ser muito velhas quando eles chegaram. António Cruz não hesitou

em considerar o caminho português como uma antiga estrada que o ocupador romano soube aproveitar na sua lenta penetração a norte do Douro. Romanizada ou romana, constituiria uma espinha dorsal aberta posteriormente ao invasor islâmico e funcionaria como ducto de Reconquista.

Esta rota tende a seguir a direcção dos meridianos, atravessando os territórios cujo governo fora concedido ao Conde D. Henrique em 1096 por D. Afonso VI, sob a forma de feudo à maneira francesa. O sistema viário utilizado pelos peregrinos vertebrou os primitivos condados de Portugal (entre Lima e Douro) e Coimbra (entre Douro e Mondego), os quais configuravam o que Orlando Ribeiro denominou **civilização do granito** (onde, por sinal, teve um maior desenvolvimento o românico), em contraste com a **civilização do barro** (ao sul do Mondego). Sobre a área ao norte deste rio ficou delineada uma realidade político-cristã quando D. Afonso Henriques se proclamou rei, ainda que não tenha sido reconhecido como tal nem o seu estado como **regnum** até 1179 pelo Papa Alexandre III. O Norte cristão, circunscrito pelas últimas elevações da serra da Estrela e formado por um mapa litológico de granitos e rochas metamórficas, possuía nas cidades do Porto e Braga dois importantes nós de comunicação, sendo Ponte de Lima o principal ponto de convergência a partir do qual irradia uma artéria através da serra de Santa Luzia, apontando para Valença e Santiago, limitada por Tui, Redonde'a, Pontevedra, Caldas, Padrón e Humilatorium. Atrás ficava um total de oito jornadas que alguns autores duvidaram em aceitar na sua avaliação global.

Quando Lisboa não era o ponto de partida do caminho (passou a sê-lo na Baixa Idade Média), o Porto parece assumir a função de núcleo obrigatório para o romeiro procedente de Coimbra, podendo optar, a partir dessa cidade, por três alternativas de viagem: em direcção a Braga (depois de cruzar o ponto conhecido como Barca de Trofa, sobre o rio Ave) e Famalicão. Braga enlaçava, por seu turno, com uma segunda estrada que, arrancando das muralhas portuenses, ia até Guimarães, ao mesmo tempo que servia de ponto de ligação com o caminho de peregrinação castelhano, através da Portela do Homem, e de ponto de saída em direcção a Monção. Mais tarde, projectou-se outro itinerário a partir de Porto — São Pedro de Rates onde se bifurcava para alcançar Barca do Lago (Esposende) e Barcelos (sobre o Cávado),

prossequindo até Ponte de Lima, ponto de união da rota proveniente de Braga. Ponte de Lima, com a sua ponte romana sobre o rio do mesmo nome, era um local de concentração onde o peregrino podia satisfazer as suas exigências de abastecimento de vitualhas; aqui estão documentadas as mais antigas feiras de Portugal e o centro de paragem de São Francisco de Assis na sua viagem de Guimarães para a Galiza.

Entre os demais rumos, vale a pena recordar o caminho que unia Zamora com Chaves através de São Pedro de La Nave (zona muito ligada à lenda de Julião, o Hospitalário), Bragança e Vilar dos Peregrinos.

Segundo se lê na citada obra de Al Idrisi, duas rotas cobriam a distância Coimbra — Santiago: uma, por mar (oferecendo o geógrafo elementos sobre a navegabilidade dos rios e pormenores costeiros portugueses) e outra, por terra. De acordo com as suas referências, muitas das quais apontadas por um informador luso ou galego, o caminho terrestre requeria várias jornadas através de rios cruzados por pontes ou atravessados por barcas muito vulneráveis: Coimbra — Avô (sobre o Alva, afluente do Mondego) e São Miguel do Outeiro (próximo de Viseu), duas etapas até Buna Qar (talvez Vila Boa de Quires), para vencer em mais duas a distância que falta até Braga e seguir depois em direcção a Tui, trecho a cruzar em barca já utilizado por Almansor. Em linhas gerais, este itinerário possui certo crédito ao identificar a trajectória matriz. Dubler, porém, assinalou que, apesar de Al Idrisi dispor de elementos válidos sobre o caminho até Tui, incorreu em erros no cálculo das jornadas desta cidade para Santiago.

(Continua)

MANUEL MUÑEZ RODRIGUEZ
JOSÉ ANTÓNIO FALCÃO

XIII Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

TEMÁTICA : A RELIGIOSIDADE POPULAR E A CELEBRAÇÃO DA FÉ

- RELIGIOSIDADE POPULAR E FÉ CRISTÃ — pelo **P. Dr. Manuel José do Nascimento Clemente**.
- EXPRESSÕES DA RELIGIOSIDADE POPULAR E CELEBRAÇÃO LITÚRGICA — pelo **P. Dr. José de Leão Cordeiro**.
- MÚTUA INTERPELAÇÃO DA LITURGIA E DA RELIGIOSIDADE POPULAR — pelo **P. Dr. Luis Ribeiro de Oliveira**.
- ESTRUTURAS DA LITURGIA E RELIGIOSIDADE POPULAR — pelo **Cón. José Ferreira**.
- CANTO RELIGIOSO E CANTO LITÚRGICO — pelo **Cón. Dr. António Ferreira dos Santos**.
- A ARTE NA PIEDADE POPULAR E NA LITURGIA — por **D. Albino Mamede Cleto**.
- MESA REDONDA SOBRE : FÁTIMA LUGAR DE ENCONTRO DA RELIGIOSIDADE POPULAR E DA LITURGIA — por **Mons. Luciano Paulo Guerra e P. Dr. Pedro Ferreira, OCD**.

LOCAL : SANTUÁRIO DE FÁTIMA

O XIII Encontro Nacional será efectuado no Santuário de Fátima e os seus trabalhos e celebrações terão lugar no Centro Pastoral Paulo VI, na Basílica e na Capelinha das Aparições.

DATA : 14 - 18 / SETEMBRO / 1987

O XIII Encontro Nacional começará no dia 14, às 17 horas, com a oração e a primeira conferência do programa, e terminará ao meio dia de 18 com a Celebração Eucarística.

INSCRIÇÕES

As inscrições destinam-se a suportar as despesas do Encontro, incluindo o material que nele se oferece aos participantes: guião das celebrações litúrgicas, pastas e impressos.

O agravamento das inscrições depois do prazo pretende, única e exclusivamente, impedir os inconvenientes que tais inscrições acarretam à organização do Encontro.

Até ao dia 15 / Agosto		Depois de 15 / Agosto	
Individual	1 300\$00		1 600\$00
Casal	2 100\$00		2 400\$00
Jovem	1 000\$00		1 200\$00

HOSPEDAGEM

O Secretariado Nacional de Liturgia, que organiza o Encontro, reconhece a dificuldade cada vez maior de garantir alojamento para todos os pedidos, designadamente para os quartos individuais. Ficará grato a todos os participantes que arranjem pessoalmente este tipo de alojamento.

Mas continua disponível para os participantes que o não consigam só por si.

Lembra ainda a todos os interessados que a Casa de N.ª S.ª do Carmo é limitada e não pode receber todos os pretendentes a um quarto individual cómodo. Há critérios na distribuição destes quartos, mas Fátima não deixou de ser um lugar privilegiado de oração e de penitência.

A incapacidade de o Santuário poder acolher todos os que desejam um quarto de 1 ou 2 camas obriga a uma certa dispersão pelas casas que nos prestam esta colaboração.

O Secretariado conta com a boa vontade de todos para poder continuar a oferecer este serviço.

Para esclarecimento dos participantes, vão inclusas no quadro seguinte as devidas informações:

1.	Refeições e dormidas em quarto individual	7.000\$00
2.	» » » » » de 2 camas	...	6.000\$00	
2.	» » » » compartimentos de mais			
			de 2 camas	4.500\$00
4.	Só refeições nos 4 dias	4.000\$00

O Brasil prepara a comemoração dos 25 anos da Constituição sobre a Liturgia

Além de fomentar um novo impulso da vida litúrgica em âmbito nacional, a Comissão Nacional de Liturgia vai realizar um Encontro dos Bispos responsáveis pela Liturgia nos 14 Regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com a participação de liturgistas, músicos, editores de folhetos litúrgicos, comunicadores e pastoralistas, umas 90 pessoas ao todo, para tratarem da «avaliação da caminhada dos 25 anos da Sacrosanctum Concilium».

Neste Encontro serão abordadas também as questões sobre o «sentido do sagrado e do estilo da celebração». A temática da secularização não é relevante no Brasil. Entre os objectivos principais deste ano de animação litúrgica está a formação litúrgica nos seminários, dos agentes de pastoral e dos ministros ordenados.

Em grande parte, para fazer uma retrospectiva destes 25 anos de reforma litúrgica e também para iniciar uma nova dinâmica de animação litúrgica, foi adiada para 1988 a 2.^a reunião das Comissões Episcopais de Liturgia dos países de língua oficial portuguesa.

Se a unidade de textos litúrgicos em língua portuguesa tem limites que não é fácil ultrapassar, há uma série de problemas, quer de ordem linguística quer de ordem pastoral, que devem ser estudados e aprofundados pelos países de língua portuguesa no seu conjunto, apesar da diversidade das raças, dos continentes

e das culturas. A 1.^a reunião efectuada no Brasil há dois anos foi uma demonstração cabal do interesse pastoral destes encontros regulares.

Pastoral Litúrgica em Moçambique

Está em curso o estudo da Celebração Eucarística adaptada à Igreja em Moçambique, tendo em conta a apreciação que já lhe foi feita pela Congregação do Culto Divino.

Também se estuda a elaboração de um Directório Litúrgico que contenha o próprio de Moçambique. Até agora Moçambique tem-se servido do Directório Litúrgico feito em Portugal.

Continua o trabalho da recolha de tudo o que é necessário à preparação de um opúsculo com a celebração da Palavra na ausência do sacerdote.

O Secretário da Comissão Episcopal de Liturgia, P. Amaro Valério Mwitw, acaba de se formar em Liturgia e vai poder prestar a esta Comissão um contributo muito mais válido e permanente.

Novos livros litúrgicos em língua espanhola

Foi publicado em língua espanhola o Ritual das Bênçãos com o nome de «El Bendicional».

Usando as faculdades que são concedidas às Conferências Episcopais, este Ritual introduziu vários formulários novos, como:

a) A bênção da Coroa do Advento, a bênção de Belém e a bênção da Árvore de Natal.

b) A bênção das crianças recém-nascidas, que pode ser feitas pelos seus pais, e a bênção das crianças e das mães nas celebrações comemorativas do baptismo.

c) Incluem-se igualmente bênçãos destinadas aos leigos que são chamados a desempenhar, de modo estável, os ministérios do leitor, do acólito, do catequista e da caridade.

d) Aparecem, por último, três bênçãos de grande tradição na

Espanha e na América Espanhola: a bênção da bandeira, reservada à insígnia nacional e aos estandartes das associações religiosas e civis de benemerência ou de protecção aos cidadãos; a bênção de um hábito ou vestido votivo em honra do Senhor, da Santíssima Trindade ou de algum Santo; e a bênção dos «Términos» nas festas da Santa Cruz, bênção essa que é acompanhada pela proclamação dos Evangelhos nos quatro pontos cardeais.

Pelo Secretariado Nacional de Liturgia

Além da preparação cuidada e intensiva do XIII Encontro Nacional de Liturgia e do trabalho diário com as inscrições que se vão fazendo a um ritmo superior ao dos anos anteriores, o SNL ocupa-se com outras tarefas, desde as traduções e revisões dos textos litúrgicos até à colaboração com as comissões ou secretariados diocesanos de Liturgia nos encontros que se realizam a nível local.

Missal — Apesar das aparências, o SNL trabalha permanentemente na revisão final do Missal e conta com a colaboração não menos permanente dos Padres jesuítas Sebastião Faria e Manuel Simões. Como nenhum destes colaboradores, dentro e fora do SNL, está isento de outros trabalhos a nível diocesano ou local, o ritmo da revisão é forçosamente lento, mais lento do que convinha. Além disso, este trabalho é delicado e, em certas partes, tem de considerar as implicações provenientes do acordo com o Brasil, das normas da Congregação do Culto Divino e das alterações que vão sendo introduzidas e aprovadas nos missais de outras línguas. Para acudir às carências mais urgentes está a sair dos prelos da Gráfica de Coimbra, por iniciativa da Comissão Episcopal de Liturgia, um livro do Missal com as orações das Missas do Temporal, das Solenidades e das Festas do Senhor.

Rituais — Na última assembleia plenária da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), foi aprovado o texto português do **Cerimonial dos Bispos** e apresentadas algumas sugestões ao texto do **Ritual da Dedicção da Igreja e do Altar**, e do **Ritual da Confirmação**, ficando agora dependente apenas do Conselho Permanente da CEP a aprovação final destes dois rituais, antes de serem enviados à confirmação da Congregação do Culto Divino.

Outras Publicações — Continua a sair a 2.^a edição da **Liturgia das Horas** em 4 volumes com as correcções que se impunham. A revisão é feita sob a orientação do SNL, embora a edição seja da Gráfica de Coimbra.

Continuam a ser preparados o livro das **Leituras Patristicas da Liturgia das Horas** e também o livro com todos os **hinos** da Liturgia das Horas.

Está em preparação, também, o livro com as conferências do XII Encontro Nacional.

Encontros diocesanos — Com a colaboração de vários Vogais deste SNL realizaram-se neste trimestre encontros diocesanos de Pastoral Litúrgica em **Beja** e **Coimbra**. A temática destes encontros correspondeu **grosso modo** à do último Encontro Nacional.

9.º ENCONTRO DE PASTORAL LITÚRGICA DE ÉVORA

Nos dias 3 e 4 de Abril, realizou-se, no Seminário de Évora, o 9.º Encontro de Pastoral Litúrgica da Diocese de Évora.

A liturgia é actividade de importância fundamental na vida duma Igreja Particular. O Concílio Vaticano II fez questão de recordar que a liturgia está no centro da vida eclesial, pois tudo para ela converge e tudo de lá parte, e no centro da vida de cada cristão, pois é nas celebrações litúrgicas que se actualiza o Mistério Pascal, principalmente pela celebração dos Sacramentos, escreveu a propósito o Senhor D. Maurício, Arcebispo de Évora.

O tema escolhido para este ano, OS LEIGOS E A LITURGIA, tinha extraordinário interesse e actualidade, em virtude de se ir celebrar o Sínodo dos Bispos sobre «A vocação e missão do leigo na Igreja e no mundo», vinte anos depois do Concílio Vaticano II e também pelo facto de estar marcado, para 6 e 7 de Junho do ano corrente, o Congresso Diocesano sobre o mesmo tema.

Colaboraram no Encontro alguns membros do Secretariado Nacional de Liturgia, dois presbíteros e um leigo da Diocese de Évora. Os temas abordados foram desde a teologia do sacerdócio comum nos documentos do Concílio, até à formação litúrgica dos leigos, passando pela história da sua participação litúrgica ao longo dos tempos, pelos ministérios que na hora actual podem ser realizados pelos leigos e pela sua participação na liturgia pelo canto.

O número de participantes rondou a centena. Como nos anos anteriores, foram as religiosas e os leigos os que mais acorreram ao Encontro.

ENCONTRO EUROPEU DE LITURGIA

De acordo com a deliberação feita em Lisboa no ano passado, a temática do próximo Encontro Europeu será: **Religião popular, piedade popular e Liturgia.**

Este Encontro, que vai efectuar-se em Budapeste — pela primeira vez num país da Europa Oriental — está a ser cuidadosamente preparado pelo **bureau**, de que o nosso SNL faz parte em representação da Europa Meridional.

Foi enviado um inquérito minucioso aos SNL de cada país europeu. O plano deste inquérito está a ser organizado na hipótese dum trabalho em três etapas: 1. situação, 2. reflexão, 3. propostas.

Pela Congregação do Culto Divino

LITURGIA DAS HORAS

Saiu a público o 2.º volume da nova edição típica da **Liturgia Horarum** (Liturgia das Horas).

A maior alteração deste 2.º volume, para o tempo da Quaresma e da Páscoa, na sequência do 1.º volume, consiste na inclusão de uma tríplice série de antifonas de *Benedictus* e de *Magnificat* para os anos A, B e C.

Esta tríplice série de antifonas é tirada do texto do Evangelho, ou dos lugares paralelos ou de outras leituras bíblicas.

No Ofício de Leitura de sexta-feira **in Passione Domini** dá-se a possibilidade de cantar integralmente o Salmo 21 (22). Depois do versículo 23, antes dos versículos 24-32, vem esta rubrica: **Haec ultima pars psalmi ad libitum dici potest** (Esta última parte do salmo pode dizer-se ao critério de cada um).

O Salmo 21 (22) pode recitar-se integralmente na hora intermédia da sexta-feira da terceira semana do Saltério, e considerou-

-se oportuno que se pudesse cantá-lo por inteiro também na Sexta-feira Santa, admitindo uma exceção ao princípio da não indicação de textos salmódicos inteiros quando o número de versículos ultrapassa a média de vinte e cinco versículos.

Nas **Laudes matutinae** (Laudes) do domingo da Ressurreição em vez da rubrica: **Salmos e cânticos do Domingo I**, referem-se por extenso o Salmo 62 (63), 2-9, o Cântico de Dan 3, 57-88.56 e o Salmo 149.

Esta Salmodia tornou-se dominical por ser pascal, e dá ao domingo o sentido da Páscoa que não é a primeira interpretação cristológica. Convinha que no domingo da Ressurreição esta Salmodia viesse por extenso. Deste modo fica ainda facilitada a celebração nos dias da oitava, em Laudes e Vésperas (cuja salmodia é própria da Páscoa), retomando o hino, antifonas, salmos e cântico: **ut in dominica Resurrectionis** (como no domingo da Ressurreição).

O Cântico de Sof. 3, 8-13, do versículo 11 ao versículo 13, traz uma divisão de versículos diferente da antiga para corresponder à pontuação da Nova Vulgata.

Para cada antífona, indica-se a referência bíblica e a perícopa evangélica da Missa do dia com a citação do **Ordo Lectionum Missae** (Leccionário) de 1981.

O asterisco, posto nos textos de algumas antifonas, indica que elas se encontram na primeira edição da Liturgia das Horas e que o seu texto não é igual ao da Nova Vulgata.

As antifonas das solenidades e dos domingos, que se encontram no índice, não sofreram qualquer alteração.

A revista da Congregação do Culto Divino NOTITIAE, n.º 248, de Março deste ano, publicou na íntegra as alterações do 2.º volume desta segunda edição típica da Liturgia das Horas.